



Sindicato dos Oficiais de Justiça

INFORMAÇÃO SINDICAL

O SOJ reuniu no dia 30 de Março com a DGAJ. Esta reunião, solicitada no início do mês, integra-se na actividade normal de um Sindicato e permitiu esclarecer alguns aspectos sobre a questão dos provisórios.

O SOJ desenvolveu um trabalho de molde a que, aquando da reunião, pudéssemos ter uma decisão concreta sobre esta matéria. Na verdade, e mesmo depois de o SOJ ter requerido à DGAJ o pagamento actualizado, nos termos do disposto no artº. 20º., nº. 9, da Lei 64-B/2011, de 30.12, fomos informados pela DGAJ, no **dia 16 de Março**, que, no seu entendimento, ***tal não se aplicaria aos Oficiais de Justiça.***

Assim, foi necessário agilizar todo este processo junto do Ministério das Finanças e Administração Pública, para que pudéssemos ter, antes da reunião, o reconhecimento de que a norma se aplica aos Oficiais de Justiça e, nessa reunião, conhecer a data em que seriam regularizadas as remunerações. Da reunião ficou a garantia do Director-Geral de que as remunerações serão correctamente processadas em Abril.

Relativamente aos retroactivos respeitantes aos meses de Janeiro a Abril, o Director Geral invocou as dificuldades que todos conhecemos, mas entende este Sindicato não serem motivos suficientes para que esta situação se arraste. Assim, vamos continuar a acompanhar este processo e, a exemplo do que aconteceu com os retroactivos devidos aos colegas que haviam mudado de escalões em 2010, estamos convictos que, com bom senso (sopesando a realidade do país e as dificuldades por que passam os Oficiais de Justiça), esta situação será regularizada em breve.

Relativamente aos retroactivos devidos durante o ano de 2011, tal como havíamos afirmado no nosso comunicado anterior, o Gabinete Jurídico do SOJ está a analisar o Parecer da DGAEP e só depois tomaremos posição. Temos presente que o dinheiro em falta é devido aos nossos colegas, mas importa conhecer a questão no plano jurídico.

É fácil conquistar a simpatia e a adesão de sócios invocando os tribunais, mas temos o dever de falar verdade e assumir responsabilidades. ***Tem sido esta nossa postura que tem garantido alguns direitos aos nossos colegas.***

REFEITÓRIO

Este é um processo que tem-se “arrastado” pelo Ministério da Justiça de forma inexplicável. É importante recordar que o SOJ reuniu com o Presidente dos SSAP, Dr. Humberto Jorge Meirinhos, no dia 16 de Dezembro de 2010 (!!!???), e foi-nos garantido existirem verbas para instalar o refeitório no Campus da Justiça em Lisboa.

Depois disso, duas vezes reuniu o SOJ com a DGAJ para analisar esta questão. Sempre nos foi dito que a mesma estava a ser acompanhada.

Agora fomos informados que a DGAJ deixou de acompanhar o processo, pelo que iremos solicitar uma audiência, com carácter de urgência, ao Secretário de Estado da Administração Patrimonial e

Equipamentos, para que seja possível, com a maior brevidade, **ter este equipamento no Campus da Justiça.**

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Fomos informados das limitações orçamentais, mas importa não esquecer que o SOJ foi, no passado, a única entidade a defender a formação e-learning como complemento à formação presencial. Era um tempo em que havia dinheiro, mas o SOJ, com o sentido de responsabilidade e a proactividade que o caracteriza, assumia preocupações que a ninguém parecia interessar.

A verdade é que, ainda hoje, pouco se exige da Administração em termos de formação, porque o irrealismo dos milhões de euros que são distribuídos por fundos comunitários, muitas centenas deles consignados para a formação de Oficiais de Justiça no âmbito de programas como o POPH, não permite antecipar o fim desses dinheiros.

Mas, se é verdade que o país está a pagar de forma dolorosa pelos fundos mal aproveitados, o SOJ não deixará que os Oficiais de Justiça paguem pela cegueira causada pelas centenas de milhares de euros que têm sido recebidos. Por isso, o SOJ assume preocupações com esta questão e fomos informados que **dentro de dias se iniciará a formação e-learning.**

Este é um projecto que obviamente irá melhorando se todos contribuírem com sentido crítico, mas construtivo, para o seu desenvolvimento.

OUTRAS QUESTÕES

Foram ainda invocadas nesta reunião as questões do **COJ** e:

Ingressos na Carreira: Mais uma vez, o MJ não solicitou a abertura de concurso externo e, no nosso entendimento, existem razões no OE para 2012 que permitem a sua realização;

Recursos Humanos: Registámos, mais uma vez, a forma pouco transparente, no nosso entendimento, como é feita a sua gestão. O SOJ referiu também a necessidade de ser feito um recenseamento sobre as qualificações dos Oficiais de Justiça, para que os mesmos possam ser chamados a desempenhar funções no âmbito das suas valências. Não faz sentido o MJ recorrer sistematicamente a outros Ministérios, quando temos gente capaz na Justiça.

Sindicalização

O nosso trabalho, ao longo destes poucos (5) anos de existência, dá garantias de um **sindicalismo independente, responsável e pró-activo.** Todos estamos cientes das dificuldades que, enquanto classe, iremos enfrentar nos próximos tempos. **Adiar a inscrição no SOJ é dar força à Administração,** tal como se percebeu com a situação dos provisórios.

Dá força a quem trabalha e reivindica de forma responsável, associando-te ao SOJ.

Lisboa, 2012-04-01